

JORNAL DO

SINDCINE

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA - Nº 19 - 2º TRIMESTRE DE 2000

Editorial

ENFIM, O CONGRESSO – O QUE O TRABALHADOR CINEMATOGRAFICO TEM A VER COM ISSO?

Depois de várias décadas sem um grande encontro nacional, nosso pessoal de cinema finalmente estará reunido no 3º Congresso Brasileiro de Cinema, que acontecerá em Porto Alegre, de 28 de junho a 1º de julho de 2000. Este será um fórum privilegiado para debater e propor uma política para o cinema brasileiro.

Se não estivéssemos em crise, provavelmente não haveria um congresso. A história do cinema brasileiro é essa rotina de surtos de produção que se alternam com paradas gerais. São os chamados ciclos. Já acabamos e ressurgimos inúmeras vezes. E cada vez que um ciclo acaba, o maior prejudicado, como não poderia deixar ser, é aquele profissional que vive apenas do cachê que recebe, o trabalhador cinematográfico.

O desemprego no nosso setor já causou muitas vítimas. Muito antes da diminuição da oferta de trabalho com a onda neoliberal, nossa atividade já vivia essa precarização. Tanto é assim que raros são os profissionais de cinema que conseguiram se aposentar. Como muito bem afirmou Roberto Farias, os trabalhadores são os principais interessados na resolução desse

impasse em que vive o cinema brasileiro.

A razão da crise é tão evidente que qualquer leigo pode identificá-la. É só observar as programações das TVs abertas e a cabo, das salas de cinema e mesmo a oferta de vídeos nas locadoras para verificar que as telas onde o produto filme é exibido praticamente só existem para a produção estrangeira, especialmente a norte-americana. Isso nos leva a considerar que, na verdade, são poucos os grandes temas a serem debatidos no congresso.

O tema essencial do congresso está resumido em uma única questão: a ocupação do nosso mercado. Partindo dela, iremos naturalmente identificando outros temas: “Somos culturalmente invadidos pela cultura estrangeira e achamos isso normal”; “Por que as televisões, que são concessão pública, só exibem filmes estrangeiros?”; “Por que os filmes estrangeiros pagam tão pouco para entrar em nosso país?”; “Por que não há controle das leis em vigor nem penalidade para quem as descumpre?”; “Por que existem tantos políticos querendo ‘ajudar’

o cinema brasileiro e não conseguimos chegar a bom termo?”

Nós, profissionais de cinema, somos os principais interessados numa política de geração de empregos em nosso setor que seja permanente e não paliativa como sempre foi. Achamos que o cinema não consegue viver hoje sem a colaboração da televisão e que essa colaboração só será possível através de uma lei semelhante às leis européias, que obrigam as TVs a investirem um percentual do seu faturamento (não é lucro, é faturamento) na produção de filmes de longa-metragem.

Esperamos debater em profundidade estas questões e propor soluções. Como falou Marcos Manhães Marins, do site Cinema Brasil, do congresso não deve resultar somente uma carta de Porto Alegre, mas também a criação de um órgão permanente, independente de governo e Estado, que tenha o intuito de fazer a ponte entre a classe cinematográfica e os congressistas, encaminhando propostas de alteração e elaboração de novas leis.

Tony de Sousa

CÓPIA 1/2

FALTAM ASSISTENTES

Gostaria de aproveitar este espaço reservado aos técnicos para antecipar um fato que, imagino, acontecerá em breve: se em São Paulo houver cinco produções mais ou menos simultâneas de filmes de longa-metragem, vai faltar assistente de direção experiente.

Os motivos, na minha opinião, são três:

1. A inexistência de produção na malfadada Era Collor, que levou os assistentes (eu me incluo entre eles) a procurar trabalho no cinema publicitário, na televisão e em outros veículos;
2. Alguns assistentes passaram para a direção;
3. Não estão surgindo no mercado pessoas que queiram começar a carreira como 3º ou 2º assistente para, com o tempo e a prática, se tornarem 1º assistente.

Esta é a sensação que eu tenho.

De minha parte, gostaria muito de ajudar a formar novos assistentes na prática, no set de filmagem. Para isso, é necessário que a pessoa queira investir nesta carreira, tenha paciência, dedicação e, principalmente, não pretenda ser diretor no dia seguinte.

O mercado está precisando mais do que nunca de bons profissionais nesta função. Ainda mais agora que estamos, técnicos e donos de produtoras, sentando na mesa de negociação para o próximo dissídio. Em reunião recente com a APRO (Associação das Produtoras de Filmes Publicitários), ficou claro que precisamos urgentemente otimizar o trabalho no set de filmagem. Estamos reivindicando as nossas horas extras. Em contrapartida, nós, os técnicos, precisamos estar preparados para executar corretamente nossas funções.

No caso dos assistentes de direção, temos que cobrar da produção

e do diretor que cumpram seus papéis, para que possamos fazer o "circo andar". Nós seremos cobrados por isso. Então, é preciso conhecer bem como funciona todo o mecanismo de uma filmagem, do planejamento de produção à limpeza do estúdio; saber quem faz o que e em que hora deve ser feito. Em resumo, é preciso dominar o set, caso contrário não há respeito e o jogo do empurra-empurra se instala.

No Brasil quase não se vê a função de assistente de direção como uma carreira – na maioria das vezes, é só passagem para a direção. Isso acaba dificultando muito a formação de novos profissionais. Repito: é preciso paciência e dedicação para chegar lá. Talvez leve alguns anos, mas valerá a pena. O set é uma paixão e nós, assistentes de direção, somos peças fundamentais para que esta paixão não se transforme em pesadelo.

Inês Mulin, assistente de direção

O CONTROLE DO FILME PUBLICITÁRIO

O barateamento dos equipamentos digitais trouxe uma nova realidade ao cinema publicitário: estão surgindo uma série de produtoras de fundo de quintal que, além de desrespeitarem todas as leis trabalhistas, concorrem de forma acirrada com as produtoras estabelecidas.

Esta nova realidade cria um novo momento para as relações trabalhistas na área do filme publicitário: se trabalhadores e empresas não se unirem para controlar o mercado e exigir que seja cumprida a legislação, é muito

provável que haja uma quebra de produtoras de comerciais.

O controle do filme publicitário protege os trabalhadores e as produtoras sérias. Pontos fundamentais, como a proteção dos direitos autorais e patrimoniais precisam ser assegurados, caso contrário o caos se instalará no mercado.

Como alerta o Dr. Eduardo Pimenta, advogado especializado na área de direitos autorais, "com a nova lei dos direitos autorais, o filme publicitário foi considerado obra audiovisual e, portanto,

sobre ela incidem direitos autorais e conexos". Na produção de um filme publicitário, há uma grande cadeia de empresas envolvidas (anunciante, agência de propaganda, produtora e empresas subcontratadas pela produtora). "Se a produtora for uma empresa de fundo de quintal, em caso de um processo por direitos autorais, a agência de propaganda ou mesmo o anunciante poderão ser processados no futuro", diz ele.

O SINDCINE se coloca desde já na luta pela preservação do mercado de trabalho na área do filme publicitário.

TROCANDO AS BOLAS

O que você pensa da possibilidade do cinema brasileiro financiar a TV Globo? Você leu direitinho: o cinema financiando a TV. Parece piada, não? Mas, por incrível que pareça, essa é a última proposta do Ministério da Cultura, elaborada pelo ministro Francisco Weffort e pelo secretário do Audiovisual José Álvaro Moisés.

É a inversão total dos valores. Na maioria dos países, a TV é que tem a obrigação legal de financiar o cinema, inclusive pela importância estratégica da arte cinematográfica na preservação de sua identidade cultural.

A proposta prevê que as emissoras de televisão também

passem a utilizar as leis de incentivo – isto é, a renúncia fiscal – para financiar filmes. Ora, além de alijar os produtores independentes do acesso a esta verba, que já vem minguando nos últimos anos, a proposta provocará a concentração da produção nas mãos das emissoras, centralizando a oferta de trabalho (o que diminui empregos e salários) e pasteurizando a nossa cinematografia.

Isto sem falar nas possibilidades de corrupção que podem surgir com a eventual mistura entre patrocínio de filmes e verbas para anúncios. Não se deve esquecer que pa-

trocinadores e anunciantes são praticamente as mesmas empresas. Logo, se a verba de propaganda sair como patrocínio, em uma operação casada, diversos impostos poderão ser sonegados. E, como diversos escândalos recentes atestam, fiscalizar é uma atribuição que o MinC desempenha notoriamente com muito pouca eficiência.

O SINDCINE se opõe a qualquer subsídio para a produção de filmes por emissoras de TV via leis de incentivo, e reafirma que, como beneficiárias de concessões públicas, as emissoras é que deveriam ser obrigadas a financiar filmes brasileiros.

DENÚNCIA AOS CONGRESSISTAS

O SINDCINE enviou a todos os membros do Congresso Nacional uma carta denunciando a exclusão dos trabalhadores da Comissão de Cinema criada pelo Minc na gestão do ministro Francisco Weffort.

Com esta atitude, o governo FHC se posiciona historicamente como o único – o que inclui os governos militares – a impedir a participação de trabalhadores em uma comissão oficial de cinema. Esta postura contrária, inclusive, preceito da Constituição Federal.

Transcrevemos o trecho da carta que esclarece este assunto: "O governo Fernando Collor, após

extinguir a Embrafilme, criou, através do Decreto nº 575, de 23 de junho de 1992, um outro órgão chamado FICART, Fundo de Investimento Cultural e Artístico, no qual estava prevista uma Comissão de Cinema, que também inclui a participação dos trabalhadores. O governo Fernando Henrique, através do Decreto nº 2.946, de 26 de janeiro de 1999, modificou o referido Decreto nº 575, instituindo uma nova Comissão de Cinema em que omitiu a representação dos trabalhadores, contrariando anos de respeito e consideração por esta categoria, contrariando, inclusive,

o direito de representação, consagrado pela Constituição Federal, em seu artigo 10, in verbis: "Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação."

A comissão do MinC, portanto, por ter representação apenas patronal, carece de respaldo legal. O SINDCINE, além de denunciar o fato, está avaliando a possibilidade de tomar as medidas judiciais cabíveis para tornar nulos os atos da comissão.

SINDCINE Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo Rua Coronel Arthur de Godói, 218 Vila Mariana - São Paulo Tel.: (011) 539-0139 Fax: (011) 575-8085 e-mail: sindcine@dialdata.com.br	Diretoria Antonio Ferreira de Sousa Filho (Presidente) Pedro Pablo Lazzarini (Secretário) Marília de A. Santos Pinhanez (Tesoureira) Célia Maria Padilha (Diretor Social) Conselho Fiscal Antonio Navarro Ribeiro Emanoel da Silveira Bueno Jan Koudela Administração Walkiria Lorusso	Jornal do SINDCINE Editoração Eletrônica: Sandra Orsini Maziero Tel.: (011) 293-5651 Impressão: Artcolor Tel.: (011) 873-3377 - Fax: (011) 864-5130 Texto e Edição Jornalista Responsável: Valdir Baptista MTB 21.604
--	---	--

3º CONGRESSO BRASILEIRO DE CINEMA

O SINDCINE está participando ativamente do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, que acontecerá em Porto Alegre, de 28 de junho a 1º de julho de 2000.

Segundo seu presidente, o cineasta Gustavo Dahl, a realização do congresso se justifica porque "a atividade cinematográfica é constituída por diversos segmentos, entre os quais existem eventuais conflitos de interesse. Vivem todos, porém, de um mesmo espaço econômico que é o mercado audiovisual brasileiro".

Dahl diz que as distorções

existentes na repartição e exploração deste mercado são um fator de instabilidade que compromete sua evolução. "Oitava economia do mundo, o País não pode se permitir o subdesenvolvimento cinematográfico. E queira-se ou não, esta é também uma questão de Estado, estratégica. Os embates do século XXI se darão no campo da cultura, das idéias e valores, na tentativa de imposição de mentalidades e padrões de consumo. A sobrevivência das nações dependerá tanto da defesa de seu território, quanto de sua capacidade de

produção simbólica."

O congresso pretende colocar o dedo em todas as feridas que envolvem a atividade cinematográfica, incluindo a necessidade de investimento das emissoras de televisão na produção de filmes. Gustavo Dahl prevê um congresso "puxado", com seminários, grupos de trabalho e plenárias que preencherão manhãs, tardes e noites.

Publicamos a seguir a pauta do congresso. Leia mais sobre o congresso no editorial de Tony de Sousa.

Pauta do 3º Congresso Brasileiro de Cinema

1. Legislação trabalhista; Relações trabalhistas e emprego na área de cinema.
2. Legislação audiovisual; Legislação de fomento; Leis de incentivo.
3. Mercado interno; Quota de tela.
4. Exibição; Problemas da desnacionalização do setor; Sistematização das informações

sobre público e bilheterias.

5. Distribuição; Promoção e comercialização de filmes no Brasil.
6. Ensino e formação profissional; Pesquisa e preservação.
7. Os festivais de cinema no Brasil.
8. Mercado externo; Política de convênios e co-produções internacionais.
9. Convergência e dependência tecnológica; Novas Mídias.
10. Relações entre cinema e

televisão no Brasil.

11. Infra-estrutura técnica; Política de importação de insumos e equipamentos; Taxações.
12. Política de formação de público; Inclusão cultural.
13. Gestão institucional; Espaços legais.
14. Estética e linguagem do cinema brasileiro; O encontro com o público.

COMISSÃO NEOLIBERAL

Dirigida pelos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Francelino Pereira (PFL-MG), a Subcomissão de Cinema da Comissão de Educação do Senado assumiu a mesma postura que caracteriza a política neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso: ignora solenemente os trabalhadores cinematográficos.

Já foram realizadas seis audiências da comissão, com a presença de pessoas com

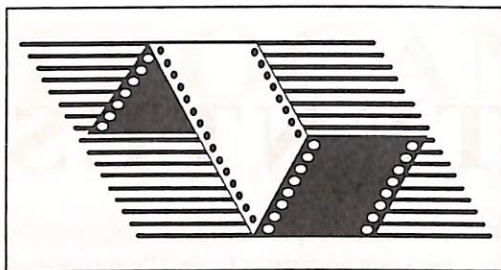
destaque na mídia como convidados, para debater as questões que envolvem o nosso cinema, e os técnicos de cinema ficaram à margem da discussão. Esta discriminação contra a categoria coloca em cheque as reais intenções da Comissão de Cinema do Senado, transformando-a em um mero chá das cinco. Além de inócua em termos práticos, constitui-se em mais um caso de desperdício de dinheiro público.

VEJA O SINDCINE NA TV

SINDCINE na TV, programa produzido pelo sindicato, continua indo ao ar semanalmente no Canal Comunitário de São Paulo, o canal 14, à zero hora de domingo (isto é, na virada do sábado para o domingo).

Apresentado por Dani Patarra, *SINDCINE na TV* tem José Luis Francunha na produção e direção rotativa, já tendo sido dirigido por Fabio Elboni, Galileu Garcia, Tony de Sousa e Inês Mulin. O SINDCINE agradece a todos os demais técnicos que trabalharam em nossos programas.

Assista *SINDCINE na TV*: neste programa o protagonista é você, técnico de cinema.



JORNAL DO

SINDCINE

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA - Nº 19 - 2º TRIMESTRE DE 2000

Editorial

ENFIM, O CONGRESSO – O QUE O TRABALHADOR CINEMATOGRAFICO TEM A VER COM ISSO?

Depois de várias décadas sem um grande encontro nacional, nosso pessoal de cinema finalmente estará reunido no 3º Congresso Brasileiro de Cinema, que acontecerá em Porto Alegre, de 28 de junho a 1º de julho de 2000. Este será um fórum privilegiado para debater e propor uma política para o cinema brasileiro.

Se não estivéssemos em crise, provavelmente não haveria um congresso. A história do cinema brasileiro é essa rotina de surtos de produção que se alternam com paradas gerais. São os chamados ciclos. Já acabamos e ressurgimos inúmeras vezes. E cada vez que um ciclo acaba, o maior prejudicado, como não poderia deixar ser, é aquele profissional que vive apenas do cachê que recebe, o trabalhador cinematográfico.

O desemprego no nosso setor já causou muitas vítimas. Muito antes da diminuição da oferta de trabalho com a onda neoliberal, nossa atividade já vivia essa precarização. Tanto é assim que raros são os profissionais de cinema que conseguiram se aposentar. Como muito bem afirmou Roberto Farias, os trabalhadores são os principais interessados na resolução desse

impasse em que vive o cinema brasileiro.

A razão da crise é tão evidente que qualquer leigo pode identificá-la. É só observar as programações das TVs abertas e a cabo, das salas de cinema e mesmo a oferta de vídeos nas locadoras para verificar que as telas onde o produto filme é exibido praticamente só existem para a produção estrangeira, especialmente a norte-americana. Isso nos leva a considerar que, na verdade, são poucos os grandes temas a serem debatidos no congresso.

O tema essencial do congresso está resumido em uma única questão: a ocupação do nosso mercado. Partindo dela, iremos naturalmente identificando outros temas: “Somos culturalmente invadidos pela cultura estrangeira e achamos isso normal”; “Por que as televisões, que são concessão pública, só exibem filmes estrangeiros?”; “Por que os filmes estrangeiros pagam tão pouco para entrar em nosso país?”; “Por que não há controle das leis em vigor nem penalidade para quem as descumpre?”; “Por que existem tantos políticos querendo ‘ajudar’

o cinema brasileiro e não conseguimos chegar a bom termo?”

Nós, profissionais de cinema, somos os principais interessados numa política de geração de empregos em nosso setor que seja permanente e não paliativa como sempre foi. Achamos que o cinema não consegue viver hoje sem a colaboração da televisão e que essa colaboração só será possível através de uma lei semelhante às leis européias, que obrigam as TVs a investirem um percentual do seu faturamento (não é lucro, é faturamento) na produção de filmes de longa-metragem.

Esperamos debater em profundidade estas questões e propor soluções. Como falou Marcos Manhães Marins, do site Cinema Brasil, do congresso não deve resultar somente uma carta de Porto Alegre, mas também a criação de um órgão permanente, independente de governo e Estado, que tenha o intuito de fazer a ponte entre a classe cinematográfica e os congressistas, encaminhando propostas de alteração e elaboração de novas leis.

Tony de Sousa

CÓPIA 2/2